

Julgamento sobre Recurso Administrativo

Recorrente: Gimenez Martim Empreendimentos Imobiliários LTDA

Auto de Infração nº 000103

Processo nº 10.666/2018

A Gimenez Martim Empreendimentos Imobiliários LTDA interpôs Recurso face ao auto de infração nº 000103, lavrado no dia 26 de março de 2018.

O Recurso foi tempestivo sendo, portanto, julgado na presente.

Trata-se de Auto de Infração que autuou a Gimenez Martim Empreendimentos Imobiliários LTDA sobre queimada em lote realizada sem autorização do órgão ambiental no Setor 26, Quadra 78, Lote 43. A Recorrente alegou que no ilícito não possui culpa e que não foi o responsável por ter promovido a queimada, que a Lei nº 4.905/2017 não estava devidamente atualizada, sendo dessa forma ineficaz e que por este motivo não poderia responsabilizado pelo ilícito em questão. Portanto, foi aplicada a sanção estabelecida pela Lei Municipal nº 4.905/17 no valor de R\$ 950,57 (novecentos e cinquenta reais e cinquenta e sete centavos).

Autos remetidos à Procuradoria pela Secretaria, esta exarou Parecer Jurídico através do assessor jurídico Mateus Brandão de Queiroz, MASP 80748, OAB/MG 174.364, opinando pelo não provimento do recurso referente ao Auto de Infração nº 000103, pois não há que se falar em escusa da culpa, uma vez que a responsabilidade ambiental é objetiva e solidária, sendo dessa forma responsabilizado por qualquer infração ambiental. Salientou também que a Lei nº 4.905/2017 está devidamente regulamentada pelo Decreto Municipal 3.469/2018.

Diante todo o exposto, acato o parecer jurídico pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso apresentado pela Gimenez Martim Empreendimentos Imobiliários LTDA.

Patrocínio-MG, 21 de junho de 2018.



Caio Marcos Veloso
Secretário Municipal de Meio Ambiente